

Coordenação GT 3

Patrícia Bastos de Azevedo
(Coordenação Geral UAB)

Márcia Denise Pletsch
(Representante NAI-UFRRJ e PROEXT)

M

Ana Paula Lima Miranda de Sousa (Discente do Curso de Direito do IM, usuária de tecnologia assistiva)

e

Aurea Lunga Carvalho (Técnica Administrativa e Coordenadora do Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Cursos de Graduação/PROGRAD)

m

Bruno César Lobato Micas (Técnico Administrativo do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão/IM, Setor tecnologia assistiva)

b

Deise Luce de Sousa Marques (Professora do curso de Administração Pública no DAP/ICSA, Membro do CEPE, representante do CEPEA/ICSA, membro da câmara de graduação e coordenadora do curso de graduação em Administração Pública)

r

o

s

Douglas Barbosa Lima (Discente do Curso de Geografia de Seropédica, representante discente do CEPE)

Edméa Oliveira dos Santos (Professora titular-livre do Instituto de Educação, atua no PPGEDUC e colabora no PPCEDUTMAT)

Fábio Cardoso de Freitas (Professor do Departamento de Ciências de Meio Ambiente/ITR, coordenador do curso de Gestão Ambiental, membro do CEPE e CEPEA-CSA)
Flávia Miller Naethe Motta (Professora do Departamento de Educação e Sociedade /IM, convidada UAB)

Indiara Bruna Costa Moura Moraes (Professora do CTUR, Coordenadora do curso Técnico em Agrimensura e representante docente do CTUR no GT)

M e m b r o s

Juliana Arruda (Professora do curso de Meio Ambiente/CTUR, Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Estudantis e representante do CTUR no GT)

Laura Delgado Mendes (Professora do Departamento de Geografia/IM e Chefe de Departamento, convidada UAB)

Letícia Henrique Santos da Silva (Discente do curso de Letras - português/literaturas no IM, representante discente do CEPE)

Luiz Henrique Guerreiro Rosado (Professor do Departamento de Ciências Farmacêuticas/ICBS, coordenador do curso de graduação em Farmácia, membro do CEPEA—Saúde, membro do CEPE e câmara de graduação)

Marcelo Panaro de Moraes Zamith (Professor de Ciências da Computação/IM, vice-chefe de departamento e representante docente no Consuni no IM, convidado UAB)

Nidia Majerowicz (Professora do Departamento de Ciências Fisiológicas/ICBS, Coordenadora do Curso de Biologia, membro do CEPE)

Rafaela Cecilia Tavares de Queiroz Viriato (Discente do curso de Psicologia/IE, representante discente do CONSU, Membro do coletivo de pais e mães da UFRRJ e do coletivo Nacional de mães)

Vitor Alexandre Miguel Lopes (Discente do Curso de Direito/IM, usuário de tecnologia assistiva)

Viviane da Silva Almeida (Técnica em Assuntos Educacionais na PROAES)

Compreensão das atividades emergenciais remotas de aprendizagem na perspectiva da educação on line

EAD - apoiada num ensino massivo e pouco dialógico.

Educação on line - fenômeno da cibercultura, processo de co-construção de saberes nas relações estabelecidas entre as pessoas e as pessoas e as coisas (atividades síncronas e assíncronas).

- **Reuniões Gerais do GT (1ª reunião em 22/05)** para apresentação do grupo e levantamento de requisitos e premissas;
- **Reuniões Gerais do GT com periodicidade semanal (28/05, 05/06)** para elaboração de plano de ações a ser submetido à comunidade universitária mediante propostas trazidas e consolidadas nos subgrupos;
- **Participação da coordenação nas reuniões do Comitê de GT's da UFRRJ (19/05, 25/05, 29/05, 01/06)** para construção de diretrizes comuns a todos os GT's e ajustar as propostas e articular com os debates realizados no Comitê;
- **Reuniões dos subgrupos (26/05, 27/05, 29/05, 01/06, 04/06)** para o estudo mais aprofundado dos temas de cada subgrupo, além de elaboração de propostas a serem levadas à reunião geral;
- **Participação dos membros do grupo, que representam o CTUR, na reunião com a comunidade ceturiana (29/05, 03/06)** para apresentar a síntese das discussões do grupo, assim como contribuir nas propostas adequadas à realidade do colégio;
- **Participação da coordenação nas reuniões do CEPE e do CONSU (25/05, 29/05, 05/06)** para apresentação do andamento dos trabalhos em cada grupo, desafios enfrentados, perspectivas, cronogramas de ações, etc.).

Subgrupos

M
i
e
a
t
o
d
o
l
o
g

**1. Atuação emergencial
e plano piloto**

**2. Plataformas e suporte
técnico**

**3. Formação de
professores, técnicos e
estudantes**
(reunião na noite de
4/05)

**4. Parentalidade e
demandas sociais**
(reunião na noite de 4/05)

5. Acessibilidade

Subgrupo atuação emergencial e plano piloto

E
n
c
a
m
i
n
h
a
m
e
n
t
o
s

Indicativos de ações para o plano piloto

1. Oferta de uma formação inicial de 2 semanas, destinada ao conhecimento e compreensão do funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do SIGAA;
2. Possibilitar customização do AVA do SIGAA de disciplinas ofertadas;
3. Realização de convite pela Prograd aos docentes que já tenham o domínio do AVA do SIGAA para que ajudem no processo de formação dos demais colegas e técnicos;
4. Construção de vídeos tutoriais do uso das ferramentas do AVA do SIGAA (Ex: como abrir fóruns; como postar textos; como incluir links, etc.);
5. Oferta de suporte on-line para atender os professores e alunos e suas demandas durante o período excepcional;

Subgrupo Plataforma e suporte técnico

Propostas iniciais

1. A valorização das plataformas gratuitas e de código aberto (AVA-SIGAA e Moodle, por exemplo);
2. A adição de *plugins* que possibilitem a realização de atividades síncronas e assíncronas;
3. A garantia de acesso e acessibilidade;
4. A confiança de que docentes e discentes terão acesso a pacotes de dados e equipamentos necessários à ação emergencial remota;
5. A capacitação e suporte aos usuários de recursos de ensino remoto, seja por cursos de formação continuada, tutoriais ou suporte técnico online;
6. Equipe de suporte técnico.

Subgrupo Formação de professores, técnicos e estudantes

Quatro aspectos a serem considerados inicialmente

1. Metodologia de organização de conteúdo para mídias digitais: discussão de didática e elaboração de materiais;
2. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem;
3. Recursos educacionais adequados;
4. Sistematização e disponibilização de acervos digitais.

Propostas iniciais

1. Tutoriais de utilização de equipamentos e mídias na educação;
2. Oferecimento de palestras de metodologias ativas;
3. Disponibilização de oficinas de produção de vídeos;
4. Cursos de formação de tutores para apoio às atividades remotas;
5. Palestras de ferramentas didáticas.

Subgrupo Parentalidade e demandas sociais

E
n
c
a
m
i
n
h
a
m
e
n
t
o
s

Propostas iniciais

1. Flexibilização do trancamento do período;
2. Bolsa para a internet (bolsa emergencial pelo PNAES);
3. Ver a viabilidade de auxílio equipamento tecnológico;
4. Não obrigatoriedade de realizar todas as disciplinas;
5. Importância das atividades assíncronas;
6. Progressão diferenciada para mães/pais/cuidadores (nas atividades de pesquisa e extensão);
7. Possibilidade de oferecimento de disciplinas com mais de um professor, no caso de mães, pais e cuidadores;
8. Rede de apoio com monitores para discentes e servidores (pais, mães e cuidadores);
9. Entrega de trabalhos e avaliações com prazo mínimo de pelo menos 7 dias (em caso de doença ou problemas com internet ou equipamento tecnológico negociar os prazos entre professor e aluno);
10. Durante as aulas remotas ter flexibilidade com os prazos;
11. Para os concluintes, defesa ou parecer conforme desejo do discente e orientador;
12. Processo de acompanhamento permanente de acolhimento, avaliação e autoavaliação.

Subgrupo acessibilidade

Propostas iniciais

1. Garantir acessibilidade às plataformas, acesso tecnológico e, quando necessário, recursos de tecnologia assistiva para discentes e docentes com deficiências;
2. Apoiar a elaboração e a acessibilidade pedagógica do material didático (síncrono e assíncrono) para os discentes com deficiência;
 - Avaliação pelos usuários de tecnologia assistiva para verificar a acessibilidade das plataformas (LIBRAS, AUDIODESCRIÇÃO, etc.);
 - Garantir por meio de editais pelo Programa Incluir de acesso a tecnologia assistiva;
 - Acompanhar as atividades piloto para analisar o funcionamento das plataformas;
 - Propor formação aos docentes, numa parceria CODEP e Nai/UFRRJ, sobre acessibilidade curricular para a elaboração de material didático a ser usado nas atividades assíncronas para os estudantes com deficiências usando como base os referenciais do desenho universal aplicado à aprendizagem;
 - Divulgar a minuta da proposta de inclusão e acessibilidade da UFRRJ, que traz um conjunto de orientações sobre acessibilidade que podem contribuir com a elaboração de material assíncrono para discentes com alguma deficiência.

Bases legais e conceituais para a discussão sobre assistência estudantil

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

a) Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Bases legais e conceituais para a discussão sobre assistência estudantil

b) Art. 2º § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico;

e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Bases legais e conceituais para a discussão sobre acessibilidade

- a) **Lei nº. 10.048** de 08 de novembro de 2000, na **Lei nº. 10.098** de 19 de dezembro de 2000, no **Decreto nº. 5.296** de 02 dezembro de 2004, na ABNT NBR 9050/2015 e na ABNT NBR 16537/2016, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias, espaços e serviços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, com prazos determinados para seu cumprimento e implementação;
- b) **Lei nº. 10.436**, de 24 de abril de 2002 e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados;
- c) **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** de janeiro de 2008, que prevê a inclusão da Educação Infantil ao Ensino Superior;

Bases legais e conceituais para a discussão sobre acessibilidade

- d) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e de seu Protocolo Facultativo com equivalência de Emenda Constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº. 186, de 9 de julho de 2008, com a devida promulgação pelo Decreto nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009;
- e) **Lei nº. 13.146**, de 06 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- f) **Deliberação nº. 112/CEPE**, de 12 junho de 2012, a **Portaria nº. 395/GR** de 29 de abril de 2019 e o **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ**, que regulamentam e normatizam o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ.